

O otimismo de Mailson com o Plano Brady

O ministro Mailson da Nóbrega não escondeu seu otimismo ao anunciar, em Washington, que o Brasil será um dos primeiros beneficiários do programa de redução da dívida externa proposto pelo secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Nicholas Brady, que acaba de receber o apoio formal dos demais países industrializados na reunião conjunta do FMI-Bird. A reação do ministro da Fazenda se explica, pois logo após a divulgação do Plano Brady surgiram notícias de que apenas o México e a Venezuela estavam na relação dos primeiros países considerados em condições de se enquadrar nos requisitos do Plano. Agora, porém, Mailson da Nóbrega ouviu do próprio secretário do Tesouro que a inclusão imediata do Brasil entre os candidatos aos benefícios do seu plano é da maior importância para demonstrar ao mercado e aos outros países que é possível fazer alguma coisa rapidamente.

Segundo o ministro da Fazenda existem possibilidades concretas de uma redução de até 50% da dívida brasileira junto aos bancos comerciais, que hoje é da ordem de 82 bilhões de dólares (a dívida total está em torno de 115 bilhões de dólares). Isso poderia acontecer até 1991. Portanto, caso os entendimentos cheguem a bom termo, e o Brasil cumpra todas as condições para fazer jus às vantagens do Plano, a redução atingirá a expressiva soma de 41 bilhões de dólares. Daí a satisfação do ministro.

Deve-se lembrar, no entanto, que existem muitos problemas a serem resolvidos antes da implementação do Plano Brady. A Inglaterra e a República Federal da Alemanha, por exemplo, são contrárias ao aumento dos fundos públicos destinados a favorecer os países endividados, mas desde já está absolutamente claro que a maior responsabilidade pelo êxito desse programa caberá aos devedores. Eles estão sendo fortemente encorajados a fazer reformas estruturais em suas economias, pois sem elas não poderão aproveitar todos os benefícios do Plano. E é fácil entender a preocupação com as chamadas **condicionalidades**.

No caso do Brasil, por exemplo, de nada adiantaria um alívio na área da dívida se as causas estruturais da inflação e da estagnação econômica não fossem simultaneamente eliminadas. Qualquer brasileiro de bom senso tem consciência de que entre essas causas despontam o gigantismo anacrônico do "Estado-empresário"; a intumescência da burocracia pública, com seus cartórios e seu nepotismo; e os protecionismos, subsídios e reservas de mercado de toda espécie.

Não temos dúvida de que o Plano Brady representa uma oportunidade excepcional de **aggiornamento** para a economia brasileira e para os demais países devedores da América Latina. Ninguém deve pensar, porém, que se trata de um presente de Papai Noel a ser colocado nas chinelas dos países devedores.

As reformas estruturais devem ser feitas pelos governos e pela iniciativa privada dos países beneficiários, a fim de abrir caminho para a retomada dos investimentos e do crescimento econômico. No fundo, este é o verdadeiro objetivo do Plano, como esclareceu o secretário do Tesouro.

"Nós acreditamos que os princípios da corrente estratégia — a importância vital do crescimento econômico forte, reformas nos países devedores, apoio financeiro externo e uma abordagem caso a caso dos problemas individuais das nações — permanecem válidos" — afirmou Brady na reunião do Comitê Interino do FMI, na qual também defendeu a continuidade da participação desse organismo internacional e do Bird no programa, sobretudo na assistência aos países devedores para a elaboração de políticas macroeconômicas consistentes.

Como se vê, o Plano Brady pode ser considerado um estímulo adicional aos devedores para que eles removam o mais breve possível todos os entraves ao seu progresso. Essa conclusão, aliás, só confirma nossa tese de que a dívida externa não é o principal gargalo do desenvolvimento dos países endividados. Na verdade, os fatores concionantes do atraso são exatamente aqueles que o Plano pretende atacar, como está sendo demonstrado mais uma vez, neste momento, na Argentina, com a demissão do ministro Sourrouille, um dos grandes inspiradores dos homens do Plano Cruzado.

É certo que o secretário do Tesouro dos EUA, até por razões diplomáticas, não se pode referir a outras causas importantes das dificuldades dos devedores, entre as quais estão a incompetência dos governos, a corrupção endêmica e um subdesenvolvimento político assustador. Na América Latina, por exemplo, esses fatores estão presentes em todas as economias que não conseguem suportar o fardo da dívida (e nossa realidade não vai mudar só com o Plano Brady, porque sua transformação é um desafio para várias gerações).

Não se deve, contudo, subestimar as potencialidades do Plano Brady como contribuição para a solução dos problemas imediatos do balanço de pagamentos e para a recriação de condições favoráveis à expansão dos investimentos produtivos privados, à diminuição do problema da fuga de capitais e à normalização do crédito das economias endividadas.

Na verdade, não seria exagero dizer que estão criadas as condições políticas para que o problema da dívida se aproxime rapidamente de uma solução definitiva. Diante dessa autêntica reviravolta nas nossas relações com o sistema financeiro internacional, que até há pouco tempo parecia impossível, há razões ponderáveis para um otimismo prudente, pois, como dissemos, a responsabilidade maior pelo sucesso desse ambicioso programa dependerá em última instância da coragem dos governos de países endividados para enfrentar seus verdadeiros problemas. Os países industrializados, liderados pelos Estados Unidos, já fizeram a sua parte. Daqui para frente tudo vai depender dos devedores, a maioria dos quais, pelo menos na América Latina, estará com governos novos na hora de acertar os pormenores da nova situação.